

Os desafios da implementação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores no Brasil¹

Suzane da Rocha Vieira Gonçalves²
Isis Azevedo da Silva Carvalho³

Resumo: Este trabalho objetiva discutir os desafios da implementação das diretrizes curriculares atuais para formação de professores aprovadas através da Resolução CNE/CP n. 2/2015 no atual contexto político brasileiro e as contribuições da obra de Paulo Freire para pensarmos a formação de professores. A partir da aprovação das novas diretrizes as universidades brasileiras tem, a princípio, até junho de 2017 para reorganizarem os currículos das licenciaturas e organizarem uma proposta institucional para a formação docente. Porém, desde abril de 2016, o contexto político brasileiro sofreu uma reviravolta, devido ao impeachment da presidente eleita através de um golpe civil, jurídico e midiático. As políticas educacionais e em especial as de formação de professores passaram ser encaminhadas por meio de uma outra lógica política, que nos coloca em alerta e nos aproxima do pensamento de Paulo Freire, diante do risco eminente da revogação deste ordenamento legal, exigindo dos profissionais da educação uma resistência política para a manutenção das diretrizes. As Diretrizes apresentam alguns avanços que pretendemos destacar num primeiro momento no corpo texto. Por fim, ao defendermos a manutenção das atuais diretrizes apontamos a atualidade de Paulo Freire para pensarmos e defendermos a Educação Pública Brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Formação de professores. Diretrizes Curriculares.

The challenges of the implementation of national curricular guidelines for teacher training in Brazil

Abstract: This paper aims to discuss the challenges of implementing current curricular guidelines for the training of teachers approved through Resolution CNE / CP n. 2/2015 in the current Brazilian political context and the contributions of the work of Paulo Freire to think about the formation of teachers. From the approval of the new guidelines, the Brazilian universities have, in principle, until June 2017 to reorganize the undergraduate curricula and organize an institutional proposal for teacher training. However, since April 2016, the Brazilian political context has undergone a turnaround, due to the impeachment of the elected president through a civil, legal and

¹ Uma primeira versão deste texto foi elaborada para ser apresentada no XIX Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire realizado na Universidade Federal do Rio Grande em junho de 2017.

² Doutora em Educação Ambiental, professor Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, docente no Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: suzanevieira@gmail.com

³ Licencianda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, bolsista de iniciação científica pelo CNPq. E-mail: isiscarvalhopedagogia@gmail.com

media blow. Educational policies, especially those of teacher training, have been guided by another political logic, which puts us in the spotlight and brings us closer to the thinking of Paulo Freire, in view of the imminent risk of repealing this legal system, Education a political resistance to the maintenance of the guidelines. The Guidelines present some advances that we want to highlight at first in the text body. Finally, when we defend the maintenance of the current guidelines, we point out the current situation of Paulo Freire in order to think and defend Brazilian Public Education.

Key-words: Public policy. Teacher training. Curricular Guidelines.

Introdução

Discutir a implementação das diretrizes curriculares nacionais para formação de professores aprovadas em 2015 no atual contexto político brasileiro não é tarefa simples. Implica analisá-la numa trajetória histórica de décadas buscando repensar a formação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo questões e proposições pertinentes à valorização desses profissionais. E ainda, é importante pensar nas descontinuidades desse processo sócio-histórico e as inúmeras interferências políticas e culturais. Para isso, buscamos a partir da leitura da obra de Paulo Freire inspiração e fundamentação teórica para problematizar a conjuntura nacional e a importância da formação docente.

As propostas de formação de professores instauradas no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, nas Diretrizes Nacionais específicas aos cursos de licenciatura aprovadas em 2002 e agora por meio da Resolução CNE/CP n. 2/2015 que disciplina as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores, apontam um avanço no modo como devemos pensar, organizar e estruturar a formação de professores no país, ainda que tenham alguns limites e não se distanciem plenamente das orientações dos organismos internacionais.

Nesse sentido, mesmo as diretrizes curriculares para a formação de professores tenham atendido em sua proposta demandas dos movimentos em defesa da escola pública e da formação de professores, não podemos ignorar, o fato de que a profusão de pareceres, diretrizes, resoluções e parâmetros curriculares estão inseridas num amplo movimento de reformas neoliberais que vêm sendo desenvolvida na América Latina e possuem como um dos eixos a expansão da Educação Básica. Conforme aponta Oliveira e Duarte (2005), esse movimento reformista iniciou no Brasil com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual as políticas sociais se submeteram à política econômica, nos governos que sucederam o período FHC, as reformas do estado não cessaram e foram assumindo outras configurações, sem perder o foco da Educação Básica.

Neste contexto, desenvolvemos uma pesquisa que tem o intuito de analisar as proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores (Resolução do CNE/CP n. 2/2015) e as perspectivas para a formação docente nas instituições de ensino superior. No entanto, em pleno processo de estudo e implementação das diretrizes pelas IES ocorreu o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff através de um golpe civil, jurídico e midiático, o vice-presidente ao assumir, trocou toda equipe que passou a governar a partir de outros direcionamentos políticos, diferentes daqueles que até então estavam em vigor, a lógica empresarial, meritocrática, gerencialista, privatista ganha centralidade. É importante dizer que o golpe foi financiado e apoiado por empresários que organizaram manifestações pró-impeachment e os atuais direcionamentos políticos do governo tem entre seus maiores beneficiados os empresários. Corroboramos com as ideias de Ramos e Frigotto ao afirmarem que “este Golpe de Estado reitera em nossa história de rupturas democráticas e o que ele traz de novo, com consequências mais profundas no campo econômico social e sua relação com a educação”(2016, p.31). Diante de tais fatos, as atuais diretrizes para formação de professores e a educação pública estão em risco.

O presente estudo se insere no campo da investigação qualitativa e buscou através da metodologia de análise documental compreender a importância e os desafios para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores no contexto político brasileiro. Para o desenvolvimento da investigação foi analisada a Resolução CNE/CP n. 2/2015, bem como documentos que vem sendo publicado no site do ministério da educação apontando os novos direcionamentos educacionais e reportagens que tratam dos direcionamentos do MEC.

As Políticas de Formação de Professores

Nas últimas décadas, presenciamos uma grande mobilização das instâncias governamentais, da sociedade, de órgãos internacionais e até do empresariado e associações profissionais em prol de uma democratização e qualificação da educação. Imersas, é claro, numa tendência mundial de mercantilização dos direitos básicos de uma sociedade neoliberal. Nogueira afirma que:

As políticas de formação de professores, a partir de 1995, têm como objetivo central ajustar o perfil do professor e a formação docente às demandas do “novo” mercado de trabalho, em um período marcado por novos padrões de produção, no interior da reestruturação da forma de acumulação capitalista. (2003, p. 22)

Esta mobilização gerou uma profusão de pareceres, diretrizes, resoluções e parâmetros curriculares tendo objetivo de alcançar qualidade na educação. Estas políticas educacionais, mesmo sob um discurso muitas vezes humanitário e benfeitor, expressaram contradições, antagonismos e complexos processos sociais. Como afirmam Shiroma, Moraes e Evangelista “A ordem é reduzir o insucesso para alcançar menor desperdício de recursos humanos e materiais. Daí as inúmeras políticas ligadas ao sistema de ensino: a do livro didático, da avaliação, das reformas curriculares, da formação de professores, da universidade” (2002, p.11).

Com essas intenções os professores ganharam centralidade nas políticas educacionais, ora vistos como culpados pelos insatisfatórios resultados educacionais brasileiros ou apontados como os salvadores e heróis capazes de resolver todos os problemas educacionais do país. Nesse sentido, que Evangelista e Shiroma (2007) afirmam que os professores acabam sendo os protagonistas e o obstáculo da reforma educacional, para isso são engendrados discursos que desqualificam os professores e propõe medidas de maior controle do trabalho docente.

Com bem destaca Nóvoa,

Assistimos, nos últimos anos, a um regresso dos professores à ribalta educativa, depois de quase quarenta anos de relativa invisibilidade. A sua importância nunca esteve em causa, mas os olhares viraram-se para outros problemas: nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objetivos, do esforço para prever, planificar, controlar; depois nos anos 80, vieram as grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90, dedicou-se uma atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão.[...] O professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção das **aprendizagens**, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da **diversidade** e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das **novas tecnologias**. (2009, p.12)

O processo descrito pelo autor também foi vivenciado no Brasil, a partir do governo Lula é possível verificarmos a implementação de uma série de programas e políticas voltadas aos professores. Além disso, neste período foi perceptível, por parte do governo, um maior diálogo com as universidades e as entidades educacionais. Ainda que não tenhamos percebido uma melhoria significativa nos indicadores educacionais, não podemos negar o grande investimento realizado no campo educacional e sobretudo na formação de professores com programas como o Plano Nacional de Formação de

Professores da Educação Básica - PARFOR, Pró-Letramento, Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação - RENAFOR, Universidade Aberta do Brasil - UAB, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC entre outros.

Esse conjunto de políticas têm promovido novas configurações para a formação docente e respondem ao modelo de expansão do ensino superior, que vem sendo implementado desde a década de 1990, no Brasil, e estão subordinadas às recomendações dos organismos internacionais. A configuração dos cursos de graduação, em especial as licenciaturas, tem provocado o debate acerca dos processos de flexibilização, desvalorização e precarização das relações de trabalho e emprego, além da discussão acerca da desprofissionalização e proletarização do magistério (OLIVEIRA, 2003; FREITAS, 2007). É importante dizer que as políticas públicas educacionais têm gerado repercussões não só no cotidiano da escola, como também no trabalho docente e na própria identidade dos profissionais da educação.

É preciso termos clareza que existe mais de um projeto de sociedade, educação, cultura e formação de professores para a educação básica em disputa no campo das políticas educacionais. Isso acontece, porque há interesse do governo na condução do sistema educacional, em gerenciar a identidade profissional docente, definindo que categoria é essa (LAWN, 2001).

A qualidade da formação e capacitação de professores para a educação básica é um dos elementos essenciais ao amplo e complexo processo de melhoria substancial da educação básica, objeto de metas e estratégias do PNE para o decênio iniciado em 2014. A aprovação do Plano Nacional de Educação resultou na Lei nº 13.005/2014 que busca uma maior organicidade para a educação nacional no decênio 2014/2024. O PNE apresenta 20 metas e várias estratégias que englobam a educação básica e a educação superior, em suas etapas e modalidades, a discussão sobre qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação.

Neste contexto, a partir de muitas discussões e reivindicações principalmente das universidades e das entidades educacionais, para que fosse revisado as diretrizes de 2002, foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em nível superior em 2015. Estas diretrizes foram tema no Conselho Nacional de Educação (CNE) que criou uma Comissão bicameral para estudo sobre a Formação de Professores, tal comissão foi formada por conselheiros da Câmara de Educação Superior e da Câmara de Educação Básica. Devido a renovação periódica dos membros do CNE a comissão acabou

sendo recomposta várias vezes o que acabou levando vários anos para que tivesse a proposição das novas diretrizes (DOURADO, 2015).

A aprovação das diretrizes reacenderam a discussão o papel dos professores na sociedade e a importância da profissionalização docente. Entendemos a docência como uma ação educativa de grande complexidade e extrema significação. Concordamos com Santiago e Batista Neto que,

A formação de professores é uma atividade eminentemente humana, inscrita no campo da educação como uma categoria teórica, uma área de pesquisa, conteúdo da política educacional e uma prática pedagógica. É, portanto, uma atividade complexa, multirreferencial, intencional e institucionalizada. (2011, p.3)

Portanto, a formação docente é um tema muito caro para a sociedade e por isso é campo de disputa ideológica e política. É necessário um investimento político para a formação de professores, espera-se que estes tenham uma boa formação teórico-prática de modo que se sintam preparados e seguros para assumir a carreira do magistério. Tardif, Lessard e Lahave destacam que “para o exercício de sua profissão espera-se que o profissional possua uma capacitação que abranja o domínio de conhecimentos científicos, as definições normativas, os saberes curriculares e os das disciplinas, bem como sua própria experiência pedagógica” (1991, p. 224).

Na próxima seção vamos apresentar os principais aspectos que as novas Diretrizes apresentam. Dentro desta perspectiva não podemos negar as contribuições das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professores. Tais diretrizes constituem-se numa dentre as muitas tecnologias de políticas promulgadas pelo governo brasileiro nos últimos anos visando à melhoria da qualidade educacional pela realização de reformas curriculares. Além do fato destes documentos exarados pelo Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação resultarem de um processo de debates no qual estiveram representados vários segmentos da comunidade educacional brasileira.

As Diretrizes Curriculares para Formação de Professores

A aprovação da Resolução CNE/CP n. 2/2015 resultou de um amplo processo de discussão. O CNE ao realizar a revisão das diretrizes de 2002, procurou propor um documento mais orgânico para a formação de professores, trazendo proposições para a formação inicial e continuada, além de ter incorporado ao texto uma série de demandas

apresentadas pelas entidades educacionais e de professores da educação básica e do ensino superior.

As diretrizes estão organizadas em três eixos: formação inicial, formação continuada e valorização de professores. Essa organização foi um grande ganho para o campo educacional, pois pela primeira vez a formação continuada passou a ser pensada em uma diretriz e a valorização dos professores que foi pautada pelo Plano Nacional de Educação ganhou visibilidade em uma diretriz. Ao trazer esses dois temas, consideramos que o CNE apresentou uma inovação que apresentou um ganho político para o campo da Educação.

As Diretrizes apresentam uma proposta inovadora para as propostas de Formação de Professores nas instituições de ensino superior ao estabelecerem que cada uma delas deverá construir um Projeto Institucional sobre a Formação de Professores. Este projeto deve estar articulado com o Projeto Pedagógico Institucional-PPI e o Projeto de Desenvolvimento Institucional-PDI e deve traçar os princípios, objetivos e concepções da formação inicial e continuada de professores em cada IES.

Ao pensar a formação inicial e continuada de forma conjunta e induzir que as instituições também façam isso, as diretrizes contribuem para o fortalecimento da identidade da formação docente e para uma maior articulação entre as instituições de ensino superior e a educação básica. A defesa pela identidade das licenciaturas nas instituições de ensino superior é algo antigo, a formação de professores ainda traz as marcas do modelo 3+1 criado na década de 1930. A valorização docente e a qualidade da formação passam pela necessidade do graduando ir constituindo-se professor desde a graduação. Não podemos esquecer que o sentimento de pertencimento profissional está atrelado a aspectos relacionados ao desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, como assinala Nóvoa (1992). O desenvolvimento profissional abrange os processos de profissionalização docente, no qual a formação dos professores faz parte, nesse sentido, entendemos que o projeto de formação assume um papel muito importante nas instituições, pois contribuirá para que as licenciaturas tenham uma identidade própria.

Dessa forma, discutir a formação de professores é um importante aspecto para compreender a identidade profissional docente, pois conforme Brzezinski (2008) na universidade o acadêmico vai coletivamente constituindo-se professor, apreendendo e socializando os conhecimentos acumulados pela humanidade e produzindo novos saberes. Além disso, há também, segundo a mesma autora, um desenho da identidade do professor, como profissional pensado na sociedade.

Ao tratar da formação inicial, um primeiro aspecto que chama atenção é, que as Diretrizes, apresentam como se organiza essa formação, conforme o excerto que segue:

Art. 9º. Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

III - cursos de segunda licenciatura. (BRASIL, 2015)

Essa redação surpreendeu a todos, pois as diretrizes anteriores não orientavam sobre os cursos de formação pedagógica e os de segunda licenciatura, haviam legislações específicas para eles. Esse é um dos aspectos que as atuais diretrizes deram mais organicidade para a formação de professores, pois em um único documento conseguimos pensar as diferentes formas de oferta da formação inicial, tendo elas os mesmos objetivos e princípios.

Com relação a formação inicial, as Diretrizes atendendo antigas reivindicações de entidades educacionais, de universidades e pesquisadores apresentam algumas mudanças significativas com relação as DCNs de 2002. Entre estas mudanças podemos citar a primeira com relação à carga horária. As diretrizes anteriores estabeleciam 2800 horas nos cursos de licenciatura e agora, nas atuais diretrizes, estabelecem 3200 horas. Esse ponto foi de amplo debate, pois já havia uma defesa das demais licenciaturas terem a mesma carga horária do curso de Pedagogia que é de 3200 horas, entendendo que as licenciaturas devem ser vistas de forma igual, não tendo razão para a Pedagogia ter uma carga horária diferenciada das demais licenciaturas. Porém, esse ponto tem muita resistência de algumas instituições privadas que oferecem cursos aligeirados se comparados com o tempo de duração da maioria dos cursos das universidades públicas e além disso, maior carga horária implica em maior custo. Além disso, as novas diretrizes estabeleceram que as 3200 horas deve ser desenvolvida em no mínimo 4 anos, isso foi mais um ganho, pois nas DCNs anterior não havia previsão de tempo mínimo para a duração dos cursos, possibilitando que algumas instituições fizessem licenciaturas em 2 anos e meio ou 3 anos, desse modo com qualidade questionável.

Diante da complexidade da formação de professores e das inúmeras temáticas que envolvem a docência para além dos conteúdos específicos que o futuro professor irá ministrar e do conteúdo pedagógico, 3200 horas ainda não é suficiente, porém sabemos que é uma formação inicial e compreendendo o inacabamento do ser humano e da docência no sentido com Freire (1996) nos ensinou, é possível que as universidade possam

oportunizar uma formação que dará subsídios para o início da carreira docente e que a graduação não é o fim.

Outro aspecto que destacamos nas diretrizes atuais é a inclusão do campo da gestão educacional na formação inicial, proporcionando que todos os licenciados possam pensar o processo educacional como um todo. Desde a década de 1980, com a abertura política e os debates nas grandes Conferências de Educação que tem se apontado que como um dos princípios da gestão democrática é a possibilidade de todos os professores que atuam na escola poderem ocupar-se da gestão. A gestão aqui entendida não apenas como os cargos de direção das escolas, mas também na coordenação pedagógica. Porém, na maioria das instituições apenas os cursos de licenciatura em Pedagogia é que ofereciam disciplinas na área de gestão educacional. Com as novas diretrizes a gestão passará a fazer parte do currículo de todas as licenciaturas e esse aspecto é um ganho para a formação de professores, mas também para as escolas, pois possibilitará que avancemos no debate sobre a gestão democrática na escola.

A respeito da formação continuada, cabe dizer que pela primeira vez que elas foram tema de diretriz curricular. Tal fato evidencia a importância do assunto e o cuidado necessário com as propostas que pensam a formação dos professores em serviço. As diretrizes apontam que a formação continuada envolve a oferta de atividades formativas, de cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado e destaca que os cursos precisam estar articulados com novos saberes e práticas, à políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica (BRASIL, 2015). Nesse sentido, o documento evidencia a importância da formação continuada oferecida pelos centros de formação de estados e municípios, bem como pelas instituições educativas de educação básica, as novas DCNs reconhecem esse *lócus* de formação continuada como parte constitutiva da nova política que se deseja consolidar no país (DOURADO, 2015). A oferta da formação continuada segundo as DCN (2015) precisa estar articulada entre a instituição formadora, os sistemas de ensino e o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. Aqui temos um grande desafio, pois não são todos os estados brasileiros que o Fórum está instituído, ainda que este tenha um papel importantíssimo para pensar e induzir políticas de formação e valorização dos professores.

E por fim, gostaríamos de destacar o terceiro eixo que traz a questão da valorização dos profissionais do magistério, segundo Dourado,

As novas DCNs definem que os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e de gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As novas DCNs de nem que a valorização desses profissionais compreende a articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. (DOURADO, 2015, p. 314)

Ao apresentar este tema nas diretrizes o Conselho Nacional de Educação foi bastante ousado, pois essa temática já vem sendo defendida e debatida nas pesquisas, por pesquisadores e professores. Cabe ressaltar, que ter a relação formação inicial e continuada articulada com as questões da carreira, salário e condições de trabalho foi um ganho político muito grande para todos os profissionais do magistério, pois dá visibilidade ao assunto e força ao debate desses temas em todas as esferas da sociedade que se envolvem com a formação de professores.

Nesse sentido, não podemos deixar de considerar que a aprovação das diretrizes se apresentou como uma conquista para os sujeitos envolvidos na formação de professores, ainda que possa haver críticas por estar inserida em um contexto de reformas educacionais. As instituições precisam implementar as diretrizes curriculares até junho de 2017, porém o que se percebe é que poucas IES conseguiram avançar no processo de implementação das DCNs. Acreditamos que a implementação das diretrizes está em risco, pois esta tem sofrido resistência, principalmente por conta de instituições privadas e do empresariado que contribuiu para o golpe no Estado Brasileiro e que vem questionando principalmente a carga horária e o tempo mínimo de quatro anos dos cursos de licenciatura, bem como defendendo uma formação mais pragmática para os professores. Estes grupos contrários às DCNs hoje são os interlocutores do atual Ministério da Educação, portanto há receio entre as instituições públicas que o próprio MEC possa vir a revogar as atuais diretrizes.

Contribuições de Paulo Freire na defesa da Formação de Professores

O cenário político brasileiro teve uma mudança drástica, após maio de 2016, quando o país vivenciou um golpe civil, jurídico e midiático que levou ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff. No mês de agosto do mesmo ano, foi aprovado pelo senado o impeachment de Dilma Rousseff. Desde então, temos presenciado uma série de

redirecionamentos nas políticas públicas brasileiras, em especial as da educação, que representam um grande retrocesso⁴. No campo educacional o novo Ministério da Educação tem adotando uma política voltada as instituições privadas e ao interesse de empresários, assumindo uma perspectiva neoliberal, tem pautado suas ações em uma visão de educação meritocrática e produtivista.

Diante desse novo contexto, as atuais diretrizes para a formação de professores passam a estar em risco, pois há uma grande pressão do empresariado que compactuou com o golpe para que elas sejam revogadas ou passem por uma revisão. Uma das ações do atual governo que nos deixou em alerta com relação a essa situação foi o fato de que antes do impeachment, o MEC encaminhou a recondução dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação, no entanto o presidente interino Michel Temer revogou a nomeação dos 12 conselheiros, entre os conselheiros que perderam o cargo estava o professor Luiz Fernandes Dourado que foi o relator das diretrizes. A atitude no atual governo não levou em consideração a continuidade do trabalho de parte dos conselheiros que estavam sendo reconduzidos ao CNE e optou por fazer uma indicação ao CNE sem ouvir entidades e instituições.

Por essas razões, entre outras, que as novas diretrizes estão em risco, em algumas universidades o processo de implementação foi desacelerado, pois muitos gestores aguardam mudanças no texto das diretrizes. Sabemos que o ponto de maior discussão diz respeito a carga-horária, pois, se por um lado as instituições privadas querem cursos de menor carga horária para aligeirar a formação, por outro lado a carga horária maior exige das instituições públicas a contratação de mais docentes e o MEC não está autorizando novas vagas.

Assim, a pressão com relação a carga horária vem tanto do setor privado, como do público, quando pedem mais vagas docentes para as universidades, e o MEC enxerga como uma solução fácil reduzir a carga horária prevista nas diretrizes e desse modo resolver o problema. Sabemos que muitas instituições privadas querem permanecer com os cursos no período mínimo de três anos, por questões de reduzir custos. O foco não é numa formação de qualidade, mas o que nos parece é uma questão de custo e de lucro. Para dar conta da nova carga horária o governo também precisaria de mais recursos humanos, mais

⁴ Cabe ressaltar que assim como Ramos e Frigotto (2016), entendemos que ainda que nos governos Lula e Dilma não se tenha efetivado reformas estruturais, foram efetivadas políticas com ganhos reais ao salário mínimo, milhões de brasileiros saíram da miséria por meio de políticas sociais de transferência de renda e foi oportunizada a ampliação acesso à educação para camadas excluídas da sociedade.

concursos públicos, mais professores para compor esta nova carga horária e alterações no currículo.

Nesse momento, em que o MEC está mais preocupado em atender aos interesses mercadológicos e dos empresários, entendemos que é de extrema importância os professores, pesquisadores e entidades ligadas ao campo da educação, se unam para construir uma resistência diante grande possibilidade de revogação ou revisão das diretrizes. Estas apesar de apresentarem algumas questões que ainda precisam ser melhor discutidas ou que podem ser problematizadas, de maneira geral, atende a boa parte dos nossos anseios com relação a formação de professores. E a revogação ou revisão deste ordenamento legal pode apresentar-se como mais um retrocesso.

Desde a concretização do golpe, temos enfrentado um desmonte da educação pública e iniciativas conservadoras e privatistas tem ganhado espaço e destaque junto ao MEC. Iniciativas como a escola sem partido e exclusão da discussão de gênero das instituições escolares expressam uma tentativa em curso de amordaçar alunos e professores, pautadas em uma onda de conservadorismo eletista, segregacionista e excludente. Tais ações articuladas com uma política que possa a vir pensar a formação de professores em uma lógica pragmática e não crítica, caso seja revogada ou alteradas as diretrizes, caracterizam-se como um desrespeito a autonomia do professor enquanto sujeitos históricos no processo educacional. É necessário construir espaços de luta e resistência, com formação crítica, ocupando as ruas e as praças, pois como Freire (1999) já alertava que para os interesses dominantes a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades.

Nesse contexto, a obra de Paulo Freire se torna atual e apresenta uma grande contribuição para debatermos e defendermos a importância da formação de professores críticos. Mais do que nunca, as ideias de Freire (1992) na defesa da Educação como ato político são fundamentais para enfrentarmos o momento político brasileiro.

Concordamos com Paulo Freire (2011) quando destaca a importância da formação de professores críticos como forma de resistência, reconhecendo o papel político do professor e a educação como um ato político. A educação humanizadora defendida por Freire em toda a sua obra ganha força no meio educacional, ao vermos no país uma onda conservadora e preconceituosa crescendo no âmbito do Ministério da Educação e no legislativo brasileiro.

O ato de educar é imbuído de responsabilidade e compromisso. Paulo Freire fala na Pedagogia da autonomia (1996) que não há prática educativa indiferente a valores, a um

sonho de sociedade. Uma prática democrática através da qual, educadores e educandos, tiram as vendas dos olhos para melhor verem a realidade. Cabe, portanto, esta extrema responsabilidade aos educadores lutar por políticas educacionais que promovam a liberdade e que não cedam ao golpe, essa luta pode ser na própria escola, na sala de aula trabalhando para uma educação conscientizadora e libertadora.

Vivemos numa tradição política autoritária e compadresca e, portanto, não temos o direito de cruzar os braços. Tivemos uma ditadura militar em que muitos lutaram e brigaram pela democracia, pela escola pública, pela profissionalização da docência, temos um compromisso político, social e moral com o outro. Há uma necessidade moral de brigar pela educação no Brasil, pela não privatização do sistema educacional, forçando os governos a levarem a educação pública a sério. Pois uma educação que não estiver educando alguém para a transformação, não é educação, é simplesmente uma adequação e Freire tem muito a nos ensinar nessa caminhada.

Considerações Finais

A formação de professores é sempre um tema que atraí muitos olhares, pois a final de contas são estes profissionais que estão na escola e tem um papel muito importante na vida de crianças e jovens por pelo menos 14 anos, período de escolarização obrigatória. Nesse sentido, os professores têm um papel social muito importante na vida dos seus alunos, não só atuando no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos socialmente acumulados pela humanidade, mas na formação integral dos educandos, sejam eles crianças, jovens ou adultos.

Neste momento de crise política e social que vivemos a educação assume um papel muito importante e a obra de Paulo Freire se torna mais atual. A implementação das diretrizes é um grande desafio, por um lado pois precisamos que as DCN não sejam revogadas e nem alteradas como muitos grupos de empresários desejam, por outro lado, pois precisamos que as instituições de ensino superior assumam a formação de professores na construção de um projeto de formação de professores que fortaleça a identidade das licenciaturas e profissionalização docente. Nesse sentido, acreditamos que é preciso construir uma proposta formativa que tenha suas bases no pensamento de Freire. Santiago e Batista Neto (2011) sintetizaram os princípios úteis aos processos formativos a partir da obra de Paulo Freire, são eles: a formação seja ela inicial ou continuada solicita um contexto de problematização da realidade; a escuta como fundamento do diálogo é uma prática e também um conteúdo indispensável no processo de formação; o tempo é uma

dimensão fundamental para a materialidade das políticas e da intencionalidade educativa; a relação dialógica é expressão da relação teoria-prática que traduz a concretude de uma concepção formadora. Defendemos que seguir esses princípios pode ser um possível caminho para a implementação das diretrizes e a formação humanizada a dos professores.

É preciso que os professores percebam a sua importância, tenham conhecimento dos documentos legais, das proposições das políticas públicas e possam se manifestar. No atual contexto em que as Diretrizes para a formação de professores está em risco, por interesses empresariais e privatistas, passa a ser fundamental que os professores tomem conhecimento desse ordenamento legal, para entender os avanços que as diretrizes trazem, para podermos construir resistência e defesa da sua manutenção. A postura do atual governo aponta um conservadorismo e retrocesso nas proposições com relação a formação de professores e não podemos ficar inertes diante disso.

É importante lembrar que o atual Conselho Nacional de Educação está mais próximo do ministério da educação do que dos pesquisadores e entidades relacionadas à formação de professores, além disso, o próprio MEC elegeu como seus interlocutores o empresariado, ignorando no debate as universidades públicas e as entidades educacionais como ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR, ANPAE, entre outras.

Por fim, acreditamos que na obra de Paulo Freire encontramos fundamento e força para nos colocarmos no embate em defesa da formação de professores. Após 20 anos de seu falecimento, seus escritos ainda estão atuais, tornando-se leitura obrigatória para aqueles que defendem e acreditam na educação pública.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015**, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

BRIZEZINSKI, I. Políticas contemporâneas de formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1.139-1.166, set./dez. 2008a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400010 Acesso em 10 maio de 2017.

EVANGELISTA, O. e SHIROMA, E. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a10v33n3.pdf> Acesso em 30 de abril de 2017.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para A Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: Concepções E Desafios. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, no. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00299.pdf> Acesso em 30 de abril de 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 9º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, H. L. C.. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**. 2007, vol.28, n.100, pp. 1203-1230. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf Acesso em 10 de maio de 2017.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/lawn.htm>. Acesso em 13 de maio de 2017.

NOGUEIRA, E. S. **Políticas de formação de professores: a formação cindida (1995 – 2002)**. Tese de doutorado. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRJ, 2003, 198 p. (mimeo).

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antonio. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, publicações Dom Quixote, 1992.

_____. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, v.23, n. 2, p. 279-301, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, D. **As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100157420010003000008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 01 de maio de 2017.

1 RAMOS, Marisa Nogueira e FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, no 70, p. 30-48, dez. 2016. Disponível em:

<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207/15754>
Acesso em: 10 de maio de 2017.

SANTIAGO, M. E. e BATISTA NETO, J. Formação de Professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos. In: **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v.7 n.3 dezembro 2011. Edição especial de aniversário de Paulo Freire. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/7598/5548> Acesso em 10 de maio de 2017.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. In: **Educação e Sociedade**, v. 31, n.112, jul./set., 2010. 981-1000 p. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17.pdf>> Acesso em 01 de maio de 2017.

SCHEIBE, L.; AGUIAR, M. A. S. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. *Educ. & Soc.*, v. 20, n. 68, out./dez. 1999. 220-238 p. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>> Acesso em 01 de maio de 2017.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 140 p.

TARDIF, M., LESSARD, C., LAHAYE, L. Os professores face ao saber; esboço de uma problemática do saber docente. In. *Revista Teoria & Educação*. Porto Alegre: Panorâmica, nº 4, 1991. 215-234 p. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/193362390/TARDIF-Maurice-Os-professores-diante-do-saber-esboco-de-uma-problematICA-do-saber-docente>> Acesso em 01 de maio de 2017.

Submetido em: 20-05-2017.

Publicado em: 01-06-2017.